



Programa de Integração

Aspectos Remuneratórios

COPAG (pagamento@senado.leg.br)

SENADO FEDERAL



- Primeiro crédito novos servidores;
- Datas de crédito folha normal e suplementar;
- Competências de pagamento;
- Calendário operacional da folha de pagamentos;
- Data de liberação dos contracheques e “horário” do crédito;
- Valores líquidos aproximados mês “fechado” CL/ADV S41;
- Adiantamento de Gratificação Natalina (2/12 avos).

Procedimentos e pré-requisitos para efetivação do crédito:

- Abertura de conta salário no BB ou na CEF;
- Livre Opção Bancária (LOB) e portabilidade outra conta;
- Indicação CNPJ fonte pagadora: 00.530.279/0001-15;
- Movimentação prévia da conta destino;
- Manutenção da conta salário aberta;
- Regularização de créditos.

**COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO SENADO
FEDERAL**
(REAJUSTE DA LEI Nº 14.526, DE 2023) - VIGÊNCIA 1º/2/24

CONSULTOR E ADVOGADO

Padrão	Vencimento (R\$)	Gratificação de Atividade Legislativa (R\$)	Gratificação de Representação (R\$)	Gratificação de Desempenho 60% (R\$)	Total (R\$)
45	9.543,87	15.842,82	6.108,08	5.726,32	37.221,09
44	9.257,55	15.842,82	6.108,08	5.554,53	36.762,98
43	8.979,81	15.842,82	6.108,08	5.387,88	36.318,59
42	8.710,43	15.842,82	6.108,08	5.226,25	35.887,58
41	8.449,11	15.842,82	6.108,08	5.069,46	35.469,47

Fonte: Intranet >> Pessoas >> Servidor Efetivo >> Pagamento e remuneração >> Remuneração.

**COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL
(REAJUSTE DA LEI Nº 14.526, DE 2023) - VIGÊNCIA 1º/2/23**

ANALISTA LEGISLATIVO					
Padrão	Vencimento (R\$)	Gratificação de Atividade Legislativa (R\$)	Gratificação de Representação (R\$)	Gratificação de Desempenho 60% (R\$)	Total (R\$)
45	9.543,87	11.452,64	4.390,18	5.726,32	31.113,01
44	9.257,55	11.452,64	4.390,18	5.554,53	30.654,90
43	8.979,81	11.452,64	4.390,18	5.387,88	30.210,51
42	8.710,43	11.452,64	4.390,18	5.226,25	29.779,50
41	8.449,11	11.452,64	4.390,18	5.069,46	29.361,39
40	8.195,64	11.452,64	4.390,18	4.917,38	28.955,84
39	7.949,76	11.452,64	4.390,18	4.769,85	28.562,43
38	7.711,26	11.452,64	4.390,18	4.626,75	28.180,83
37	7.479,92	11.452,64	4.390,18	4.487,95	27.810,69
36	7.255,54	11.452,64	4.390,18	4.353,32	27.451,68

Fonte: Intranet >> Pessoas >> Servidor Efetivo >> Pagamento e remuneração >> Remuneração.

1,00 x VB do padrão S45 para FC-5: R\$ 9.543,87.
0,82 x VB do padrão S45 para FC-4: R\$ 7.825,97;
0,64 x VB do padrão S45 para FC-3: R\$ 6.108,08;
0,46 x VB do padrão S45 para FC-2: R\$ 4.390,18;
0,28 x VB do padrão S45 para FC-1: R\$ 2.672,28;

L.12.300/2010.

[...]

Art. 7º A Gratificação de Atividade Legislativa referida no art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002, passa a ser calculada mediante a aplicação dos seguintes fatores sobre o valor correspondente ao maior padrão do cargo:

- I - 1,66 (um inteiro e sessenta e seis centésimos) para os Consultores Legislativos, Consultores de Orçamentos e Advogados;
- II - 1,2 (um inteiro e dois décimos) para os Analistas Legislativos;
- III - 1,43 (um inteiro e quarenta e três centésimos) para os Técnicos Legislativos e Auxiliares Legislativos.

§ 1º Os servidores referidos no inciso I do *caput*, quando no exercício de função comissionada, terão sua Gratificação de Atividade Legislativa calculada com base no fator previsto no inciso II, salvo quando no exercício de função comissionada FC-3 do respectivo órgão de origem, bem como de FC-4 e FC-5.

3.7.1. CONSULTORIA LEGISLATIVA

SETOR	FC	Nº
CONSULTORIA LEGISLATIVA	FC-4	1
CONSULTORIA LEGISLATIVA	FC-3	8
CONSULTORIA LEGISLATIVA	FC-2	4
CONSULTORIA LEGISLATIVA	FC-1	3

3.7.2. CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SETOR	FC	Nº
CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	FC-4	1
CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	FC-3	6
CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	FC-2	5
CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	FC-1	8

3.7.3. ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL

SETOR	FC	Nº
ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL	FC-4	1
ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL	FC-3	14
ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL	FC-2	3

Fonte: Regulamento Administrativo do Senado Federal.

- Vantagem Pecuniária individual (VPI L.10.698/03): R\$ 84,08;
- AE: (13%, 10%, 8%, 6,5%, 0,5%) respectivo VB, limitado a 30%;
- Auxílio-alimentação R\$ 1.331,58;
- Auxílio pré-escolar: R\$ 1.126,76.

LEI Nº 12.300/2010 (28 de junho de 2010)

Art. 9º Fica instituída a Gratificação de Desempenho, correspondente ao percentual de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento), incidente sobre o vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, corrigido pelos fatores de que trata o Anexo III desta Lei, de acordo com critérios e procedimentos a serem estabelecidos por Resolução do Senado Federal.

§ 1º A Resolução a que se refere o caput deste artigo, a ser editada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, poderá fixar percentuais mínimos e máximos de Gratificação de Desempenho em razão das atividades exercidas em cada área, da avaliação de desempenho funcional e do atingimento de resultados.

§ 2º Até o prazo previsto no § 1º, a gratificação será paga em seu percentual mínimo, e, não sendo editada essa Resolução e enquanto perdurar tal condição, o percentual de gratificação de desempenho a ser aplicado a partir de 1º de janeiro de 2011 será de 60% (sessenta por cento).

§ 3º Os percentuais de gratificação de desempenho terão vigência semestral e resultarão do desempenho do servidor observado no semestre anterior, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 2012 (21 de dezembro de 2012)

Define os critérios e procedimentos para a realização das avaliações de desempenho e para o pagamento da Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF) de que trata o art. 9º da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ATC Nº 19/2013 (25 de junho de 2013)

Estabelece o marco inicial do 1º Período Avaliativo de que trata a Resolução nº 69, de 2012.

Art. 1º Este Ato fixa o início do primeiro período avaliativo de que trata a Resolução nº 69, de 2012.

Art. 2º O primeiro período avaliativo de que trata a Resolução nº 69, de 2012, tem início em 1º de julho de 2013.

ATC Nº 20/2013 (17 de setembro de 2013)

Revoga o Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2013, que "estabelece o marco inicial do 1º Período Avaliativo de que trata a Resolução nº 69, de 2012."

Art. 1º Fica revogado o Ato da Comissão Diretora nº 19, de 25 de junho de 2013.

ATA ADMINISTRATIVA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2022.

[...]

Adicionalmente ao constante da pauta administrativa, a Comissão Diretora discutiu e deliberou acerca de 2 (dois) assuntos.

Item 1) Gratificação de Desempenho dos servidores do Senado Federal:

considerando as atribuições das diversas áreas do Senado Federal, assim como a multiplicidade de atividades desenvolvidas na Casa; considerando a necessidade de se estabelecer mecanismos de avaliação que possam mensurar de forma fidedigna as peculiaridades do órgão; considerando a magnitude e importância da avaliação de desempenho como forma de balizar o princípio da meritocracia;

após análise da matéria, o colegiado determinou à Diretora-Geral que realize estudo, até o final de 2023, sobre as questões relativas à Gratificação de Desempenho, especialmente no que tange a inclusão do benefício para todos os servidores da Casa e estabeleça modelos de avaliação de desempenho para as áreas, cargos, funções e atividades do Senado Federal.

Serviços > Pessoal > Remuneração



Digite sua busca...



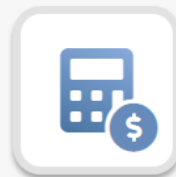
Contracheques



Ficha Financeira



Informe de Rendimentos IRPF



Margem Consignável



Simulador de Empréstimo
Bancário



Valor da Hora-Extra



- Segue a mesma regra vigente para todos os contribuintes brasileiros. A tabela atualmente em vigor é:

Salário	Alíquota do IRPF	Parcela dedutível
Até R\$1.903,98	Isento	0
De R\$1.903,99 até R\$2.826,65	7,5%	142,8
De R\$2.826,66 até R\$3.751,05	15%	354,8
De R\$3.751,06 até R\$4.664,68	22,5%	636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,5%	869,36

- Base de cálculo: remuneração bruta subtraída dos auxílios;
- Deduções legais: contribuições previdenciárias e pensões alimentícias, além da dedução por dependente cadastrado.

- Regra atual: Regime de Previdência Complementar (RPC) – Lei nº 12.618, de 2012;
- Forma de cálculo: contribuição vertida ao PSSS e limitada ao teto do INSS. Em 2023, o teto corresponde a R\$ 7.507,49 e o valor do PSSS R\$ 877,25;
- Funpresp: para os que estão no RPC, há possibilidade de adesão à Funpresp mediante solicitação expressa junto à Fundação;
- Forma de cálculo: escolhe-se a alíquota de contribuição (7,5%, 8% ou 8,5%) e há possibilidade de incluir a função comissionada e o adicional de insalubridade/periculosidade na base de cálculo; que é calculada como a diferença entre a remuneração do servidor e o teto do INSS. Os auxílios não compõem a base de cálculo das contribuições previdenciárias.

*L.8112/90. Art. 76. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) **da remuneração do período das férias.***

- Parcelas remuneratórias constituintes da base de cálculo;
- Pagamento do terço constitucional na primeira fruição. Recálculo nos demais sequenciais;
- Adicional de férias coletivas (tirantes primeiro ano);

Exemplo: servidor com exercício em 1º/2/23 fruiu o primeiro sequencial de férias de 2024 (10d) entre 1/4/24 e 10/4/24 e o segundo sequencial (20d) entre 1/6/25 a 20/6/25.

Dados:

→ RB 1ª fruição, padrão S-36: R\$ 27.535,71;

→ RB 2ª fruição, padrão S-36 + REAJ (6%) + AE (6,5%) + FC2-2025 (R\$ 4.653,58) : R\$ 35.727,80;

Quanto ser-lhe-á pago a título de adicional de férias? Quando?

Em MAR/24, ser-lhe-ão pagos R\$ 9.178,50, 1/3 da remuneração das férias, independentemente da quantidade de dias gozados. Valor pago no mês anterior.

Em JUL/25, ou seja, no mês seguinte ao término da fruição do sequencial correspondente, ser-lhe-ão pagos R\$ 1.820,46 a título de “adicional de férias-ajuste”.

Recálculo do terço devido: $R\$ 27.535,71/3 / (30*10) + R\$ 35.727,80/3 / (30*20) = 10.999,03$

Valor a ser complementado: $R\$ 10.999,03 - R\$ 9.178,50 = R\$ 1.820,46$

Seguindo o exemplo anterior, considere que o mesmo servidor tenha iniciado a fruição do primeiro sequencial das férias do período aquisitivo 2025 entre 1º/9/25 e 8/9/25, deixando para fruir os outros 22 dias oportunamente em 2026.

Na mesma linha da resposta anterior, o servidor recebe o terço constitucional ref. ao período aquisitivo 2025 antes da correspondente fruição, ou seja, em AGO/25.

Em JAN/26, caso sejam concedidas férias coletivas do P.A. 2026, como comumente feito nos últimos anos, o servidor receberá o adicional de férias de 2026, mas, desta feita, a título de antecipação, sem o início do gozo.

Se não iniciar o gozo das férias do P.A. 2025 ainda em 2025, este o adicional a ser-lhe antecipado coletivamente.

- 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias de exercício no respectivo ano;
- Parcelas remuneratórias constituintes da base de cálculo;
- Datas de pagamento;
- Exercício de função comissionada e gratificação natalina.

- Averbação de outras rubricas, i.e. penhoras, pensão alimentícia, ATS, VPNI's.
- Gratificação natalina: avos proporcionais aos meses de trabalho exclusivamente no Senado Federal. Acertos a cargo do órgão de origem.

Esfera Federal

- Adicional de férias ref. a gozo de períodos iniciados e não concluídos na origem: trazer declaração completa.
- Acertos de Previdência do mês do exercício: trazer declaração completa;

- Cálculo de margem consignável (45%)
 - Até 35% de margem para empréstimo;
 - Até 5% de margem para cartão consignado;
 - Até 5% de margem para cartão benefício (não implementado);
- Percentuais válidos se $[\text{Desc} + \text{Consig}] < 70\%$
- Empréstimos consignados em folha de pagamento
 - Funcionamento e bancos conveniados

INFORMATIVO DE MARGEM CONSIGNÁVEL DE SERVIDOR EFETIVO					
VALIDADE: 12 DIAS					
(*) Válida para os seguintes bancos:					
Banco do Brasil	até 06/07/23	tel. (61)31018460	Bradesco	até 01/10/23	tel. (61)3218-1133
Bradesco Financiamento	até 27/07/24	tel. (61)3218-1097	BRB - Banco de Brasília	até 09/07/24	tel. (61) 3322-1515
CEF	até 31/01/24	tel. 33113855	Daycoval	até 19/12/24	tel. (61)3701-2300
Finaceira BRB	até 05/05/23	tel. 3412-8787	Legiscred (SICOOB Judiciário)	até 20/06/24	tel. 33167722
Santander	até 17/07/24	tel. (61) 3218-4600			



Programa de Integração

**COPAG – Coordenação de Pagamento de
Pessoal (*pagamento@senado.leg.br*)**

